



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL Nº 0073121-98.2009.8.17.0001 (0327121-4)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DO RECIFE

AGRAVADO: NOROESTE SEGURADORA S.A

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

EMENTA

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. IPTU. DECRETAÇÃO DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. SÚMULA 106 DO STJ. INAPLICÁVEL AO CASO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES DOS TRIBUNAIS.

1. Constata-se a interposição de Recurso de Agravo contra decisão terminativa monocrática que negou seguimento ao recurso de Apelação, com fulcro no art. 557, caput, do CPC.
2. Não houve qualquer situação que interrompa ou suspenda a prescrição, já que o que o artigo 174 do CTN, alterado pela LC 118/05, prevê como causa interruptiva o despacho que ordena a citação. Passados mais de 05 (cinco) anos da constituição dos créditos devidos pelo contribuinte, não há outra alternativa senão a de decretar prescritos os créditos tributários devidos.
3. A demora deu-se pela inércia da Fazenda Municipal, que passou 05 (cinco) anos sem impulsionar a Execução Fiscal. Desta feita, resta inaplicável a Súmula nº. 106 do Superior Tribunal de Justiça.
4. Com a inexistência de fato novo relevante, a simples rediscussão da matéria foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das decisões já apreciadas fora do recurso específico para tal. Manifestam-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores.
5. Agravo conhecido e não provido.


Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL Nº 0073121-98.2009.8.17.0001 (0327121-4)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DO RECIFE

AGRAVADO: NOROESTE SEGURADORA S.A

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nº 0327121-4, respectivamente, **ACORDAM** os Desembargadores da Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, **conhecer e negar provimento ao Recurso de Agravo nº 0327121-4**, na conformidade do relatório e voto do relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife/PE, 13 de Out de 2014


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL Nº 0073121-98.2009.8.17.0001 (0327121-4)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DO RECIFE

AGRAVADO: NOROESTE SEGURADORA S.A

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pelo Município de Recife, contra decisão monocrática proferida por esta Relatoria nos autos da Apelação nº 0327121-4, que com arrimo no art. 557, caput, do CPC, negou seguimento ao recurso de Apelação, em razão do mesmo encontrar-se em manifesto confronto com a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores e deste próprio Tribunal de Justiça, mantendo-se a decisão fustigada em todos os seus termos, no sentido de decretar prescritos os créditos tributários devidos.

Irresignado com a decisão singular proferida por esta relatoria, o agravante ingressou com o presente Agravo Legal, com o desiderato de que a matéria seja apreciada por órgão fracionário integrante desta Corte de Justiça, alegando, em síntese crítica, a inexistência de prescrição, tendo em vista que o feito restou paralisado por falha do mecanismo judiciário.

Forte nas razões recursais supracitadas, requer o Agravante que esta relatoria, com esteio no art. 557, §1º, do CPC, se retrate da decisão vergastada.

Em não havendo o juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada por conseguinte, seja julgada improcedente a demanda.

É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o deslinde da controvérsia.

Recife/PE, 13 de 06 de 2014.


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO LEGAL Nº 0073121-98.2009.8.17.0001 (0327121-4)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DO RECIFE

AGRAVADO: NOROESTE SEGURADORA S.A

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

VOTO

Tendo em vista os argumentos coligidos pela parte agravante, entendo que a decisão recorrida, proferida por este Desembargador, deve ser mantida em todos os seus termos.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão:

"Trata-se de Apelação interposta pelo Município do Recife contra Sentença proferida nos autos da Execução Fiscal nº. **0073121-98.2009.8.17.0001**, que decretou a prescrição do crédito tributário resultante da não apresentação de livros fiscais, apurada através de auto de infração.

A execução fiscal, referente a débitos fiscais dos anos 2002, 2003, 2004, foi distribuída em 2009, tendo sido encaminhada ao Poder Judiciário na mesma data.

A Fazenda municipal requereu a citação do executado em 16 de janeiro de 2009.

A citação válida não foi efetuada.

Inconformado, o Município interpôs a presente Apelação, alegando a inocorrência da prescrição, requerendo a anulação da sentença para determinar o prosseguimento do curso da execução fiscal.

O apelado não apresentou contrarrazões.

Vieram-me os autos redistribuídos em 14 de fevereiro de 2014.

A Douta Procuradoria de Justiça Cível, por seu representante absteve-se de emitir parecer com fundamento na Recomendação nº 16/10 do CNMP.

Voltaram-me os autos conclusos em 20 de fevereiro de 2014.

É o que importa relatar. DECIDO.

O prazo prescricional para cobrança de um tributo é de 05 (cinco) anos a partir do momento da constituição do crédito tributário (Artigo 174 do Código Tributário Nacional). O crédito tributário constitui-se com o lançamento, que é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador e a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido e identifica o sujeito passivo.

A prescrição do crédito tributário é regida pelo artigo 174 do Código Tributário Nacional c/c a Lei Complementar n. 118/2005.

Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I - pela citação pessoal feita ao devedor; II - pelo protesto judicial; III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Com o advento da Lei Complementar nº. 118/2005, o artigo 174, inciso I, foi alterado, passando a ter a seguinte redação: I - pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.

Consta da Certidão de Dívida Ativa que os créditos tributários devidos pelo apelado foram constituídos nos anos de 2002, 2003, 2004, tendo nestes anos começado o prazo prescricional para a sua cobrança. Ocorre que O Município do Recife somente ingressou judicialmente em 16 de janeiro de 2009, mais de cinco anos após a constituição do último crédito, o que deixa mais do que claro a ocorrência da prescrição.

Nesse lapso temporal, não houve qualquer situação que interrompa ou suspenda a prescrição, já que o que o artigo 174 do CTN, alterado pela LC 118/05, prevê como causa interruptiva o despacho que ordena a citação. Passados mais de 05 (cinco) anos da constituição dos créditos devidos pelo contribuinte, não há outra alternativa senão a de decretar prescritos os créditos tributários devidos. Este é o entendimento esposado na Jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco:

Ementa: TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. AGRAVO IMPROVIDO UNANIMEMENTE. 1. A prescrição se vislumbra quando transcorridos mais de cinco anos entre a constituição definitiva do crédito tributário e a propositura da execução fiscal, nos moldes do art. 174, caput, do CTN. 2. In casu, verifica-se que, apesar de o lançamento de ofício dos créditos ter ocorridos em 04 de janeiro de 2003, o envio do processo somente ocorreu em 14 de fevereiro de 2008, quando já transcorrido mais de 5 (cinco) anos da constituição do referido crédito. 3. Recurso de agravo improvido unanimemente. (Processo: AGV 2293114 PE 0023775-50.2010.8.17.0000, Relator(a): Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Julgamento: 27/01/2011, Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível).

Ementa: DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. 1º DE JANEIRO DO RESPECTIVO EXERCÍCIO. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO. 1-Em se tratando de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, a data de constituição definitiva do tributo, a partir da qual pode a Fazenda Pública exigir o crédito tributário, iniciando-se a contagem do prazo prescricional, é o 1º de janeiro do respectivo ano, e não a do término do lapso para pagamento. 2-No caso, operou-se a prescrição quinquenal, vez que a constituição definitiva do crédito tributário se deu em 01/01/2003, tendo o prazo prescricional findado em 01/01/2008 e a ação executiva sido ajuizada apenas em 08/02/2008. 3-Recurso de Agravo não provido para manter a decisão monocrática anteriormente proferida. (Processo: AGV 2291169 PE 0005515-85.2011.8.17.0000, Relator(a): Fernando Cerqueira, Julgamento: 19/04/2011, Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível).

Rafael Machado da C. Calvalcanti
Desembargador

Não merece guarida o argumento do apelante sobre a mora do Judiciário, pois a demora deu-se pela inércia da Fazenda Municipal, que passou 05 (cinco) anos sem impulsionar a Execução Fiscal. Desta feita, resta inaplicável a Súmula nº. 106 do Superior Tribunal de Justiça: "Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência".

Sobre o assunto, colaciono entendimento esposado pela 1ª Câmara de Direito Público deste E. TJPE:

Ementa: TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA POR MAIS DE CINCO ANOS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. POSSIBILIDADE DE SER DECRETADA EX OFFICIO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1 - É pacífico o entendimento de que é possível a decretação ex officio da prescrição intercorrente, mesmo quando se tratar de direito patrimonial, quando o exequente deixou de diligenciar acerca dos seus créditos por mais de cinco anos. 2 - Recurso de Agravo improvido. 3 - Decisão Unânime. (Processo: AGV 186173 PE 01861738, Relator(a): Fernando Cerqueira, Julgamento: 22/09/2009, Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível).

Desta feita, não há outra alternativa senão a de decretar prescritos os créditos tributários devidos.

De acordo com o art. 557, caput, Código de Processo Civil, o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

Feitas estas considerações, com supedâneo no art. 557, caput, e §1º do CPC, c/c o art. 74, VIII, do RI/TJ-PE, **NEGO SEGUIMENTO À APELAÇÃO**, para manter a sentença monocrática em todos os seus termos."

Percebe-se, da simples leitura da decisão agravada, que a matéria se apresenta suficientemente clara, não tendo trazido o agravante qualquer alegação que pudesse ensejar o juízo de retratação por esta Relatoria.

Por esses fundamentos, ante o exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO do presente Agravo Legal**, mantendo a decisão monocrática, nos exatos termos em que foi prolatada.


Rafael Machado da C. Campos
Desembargador